

# Apoio às Concessões Municipais

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA  
INFRAESTRUTURA - SDI/MP

*Outubro de 2018*

## PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

- 9h20 Apresentação do Programa Federal de Apoio a Concessões do FEP  
Manoel Renato Machado Filho - Diretor da SDI/MP (30 min)
- 10h05 Contexto e desafios da Gestão do Setor de Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil  
Silvano Silvério - Assessor do DEISU/SDI/MP (30 min)
- 10h50 Apresentação sobre cronograma e atividades relativas aos projetos pilotos do FEP  
André Araújo - Gerente Executivo da CAIXA (20 min)
- 11h25 Regulação de RSU (metodologias de cobrança e panorama geral)  
Vanessa Fernanda Schmitt - Representante da ABAR (30 min)
- 12h10 Modelo regulatório para RSU (Termo de Referência) - produtos a serem entregues  
Nicolas Bourlon - Consultor da Office International de l'Eau (15 min)  
Alceu Galvão Jr. - Analista de Regulação da ARCE e representante ABAR (35 min)
- 13h00 Intervalo
- 14h00 Apresentação do Plano de Trabalho para o desenvolvimento do Modelo Regulatório  
EGIS-FESPSP (Consultoria contratada pela Expertise France) (45 min)
- 15h30 Análise de Agências Reguladoras - expectativas e sugestões
- 16h30 Plano de Acompanhamento dos trabalhos (fluxo de informações e cronograma)  
Silvano Silvério - Assessor do DEISU/SDI/MP (30 min)

# OBJETIVOS DO EVENTO

- Apresentação das instituições e equipes envolvidas
- Nivelamento de informações
- Discussão de diretrizes para elaboração do Plano de Trabalho
- Compatibilização de cronogramas Piloto X Modelo regulatório
- Definição de Metodologia para:
  - Fluxo de informações
  - Rotina de Acompanhamento

# CONTEXTO

- Situação fiscal dos entes federados desequilibrada;
- Em 2017, foram investidos no setor de infraestrutura 1,4% do PIB - insuficiente para repor a depreciação do capital instalado;
- Novo regime fiscal instituído pela PEC 241/2016 limita o aumento dos gastos públicos;
- Maior parte dos entes federados não conseguem levar a cabo concessões de seus serviços públicos:
  - Capacidade técnica local limitada
  - Insuficiência de recursos para custear estruturação com qualidade
  - Insegurança para tomada de decisão



**APOIO DO GOVERNO FEDERAL**  
FEP - Lei 13.529/17

- **ASSESSORAMENTO TÉCNICO**
- **APOIO FINANCEIRO**
- PADRONIZAÇÃO DE DOCUMENTOS
- FINANCIAMENTO
- **GARANTIAS**
- CAPACITAÇÃO TÉCNICA
- SIMPLIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO
- **APOIO À REGULAÇÃO**

**Iluminação  
pública**

**Saneamento  
básico**

**Resíduos  
Sólidos**

**Mobilidade  
urbana**

# FUNCIONAMENTO DO FUNDO

1

União integraliza cotas em fundo privado, administrado por Instituição Financeira - CAIXA

2

Instituição Financeira faz chamada pública para identificar municípios

3

Municípios contratam a Instituição Financeira para realização de estudos

4

Instituição financeira contrata empresas desenvolvedoras de projetos, com recursos do fundo

5

Instituição financeira recebe estudos e os repassa ao Poder Concedente para licitação

6

Poder Concedente licita o serviço e assina o contrato com o parceiro privado

7

Parceiro privado ressarce o fundo



# FUNCIONAMENTO DO FUNDO

## QUADRO RESUMO COMPARTILHAMENTO DOS RISCOS

Responsável pelos custos	Planejamento/Estudo	Autorização/Consulta/Anuência	Licitação	Contratação
<b>Fundo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inviabilidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>TCE/TCM</li> <li>Negativa ambiental (50%)</li> <li>Desinteresse do mercado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Deserta</li> <li>Impedimento judicial</li> <li>Suspensão por órgãos de controle</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desistência do licitante vencedor</li> </ul>
<b>Município</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dados inverídicos, fornecidos na fase preliminar, que afetam a viabilidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Negativa da Câmara de Vereadores</li> <li>Negativa ambiental (50%)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cancelamento</li> <li>Edital diferente do aprovado pela Caixa</li> </ul>	
<b>Responsável pelos custos</b>	<b>Em qualquer fase</b>			
<b>Fundo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desistência do projeto de concessão</li> </ul>			
<b>Município</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alteração unilateral da estruturação aprovada</li> <li>Desistência do projeto de concessão</li> </ul>			

# FEP Modelo Padrão

## DIRETRIZES SETORIAIS PARA ESTRUTURAÇÃO DE CONCESSÕES

### Consultoria externa elaboração dos estudos

- Diagnóstico operacional, fiscal e legal
- Estruturação do projeto – EVTEA
  - Estudos Socioambientais;
  - Estudos de Engenharia, Logística e Afins;
  - Estudos de Mercado/Demanda;
  - Modelagem Econômico financeira;
  - Modelagem Jurídica.
- Apoio técnico ao ente na etapa de Validação Externa – realização de audiência e de consulta públicas e atendimento às interposições de órgãos de controle
- Apoio técnico à Comissão de Licitação

### Assessoramento Caixa supervisão, acompanhamento e validação

- Contratação da consultoria externa e gestão do contrato
- Interlocução entre consultoria externa e o ente
- Orientação técnica à consultoria externa
- Recebimento preliminar dos produtos parciais e finais
- Submissão dos produtos ao ente
- Assessoramento ao ente na interlocução com os órgãos ambientais, Câmara de Vereadores e órgãos de controle internos e externos
- Plano de comunicação social
- Suporte na consulta pública e nas audiências públicas
- Suporte à Comissão de Licitação
- Realização de "Road Show"
- Suporte à contratação do Verificador Independente
- Assessoramento ao ente nas demais atividades necessárias à formalização do contrato de concessão.



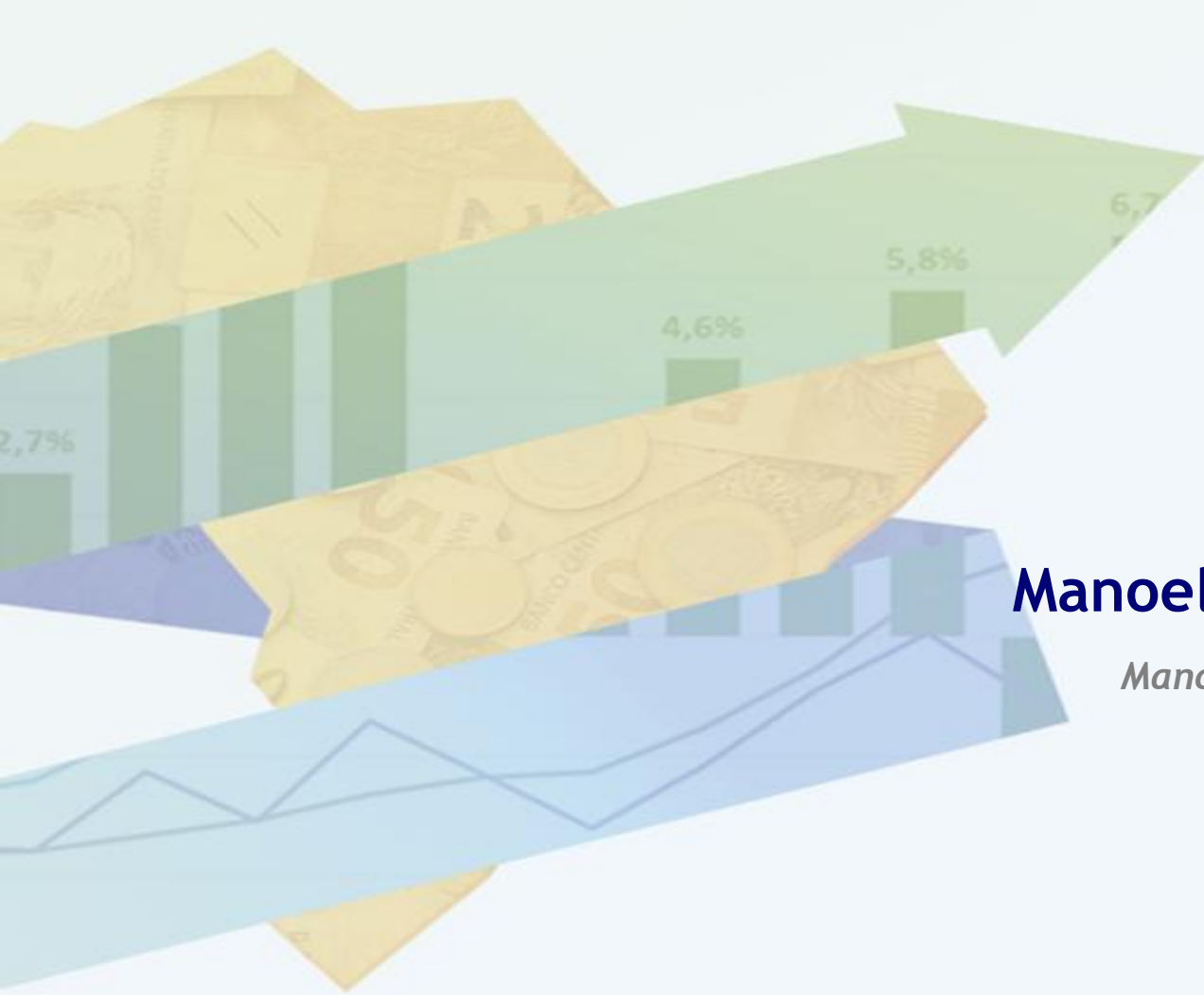
# APOIO À REGULAÇÃO

- Todos os demais Eixos encerram suas atividades na contratação da PPP ou da Concessão;
- O que acontece depois da contratação?
- Alcance dos Objetivos depende da capacidade de gestão dos contratos pelos Municípios
- Há déficit de capacidade técnica para gestão dos contratos nos municípios
- Objetivos:
  - Desenvolver modelos e instrumentos padronizados para regulação
  - Disseminar os modelos e instrumentos
- No caso dos Resíduos Sólidos Urbanos:
  - **Não há modelo padronizado de regulação**
  - **Política de recuperação de custos ineficiente e pouco desenvolvida**
  - **Experiência regulatória incipiente**
- **Resultados esperados:**
  - **Proposta de modelo de regulação na área de Resíduos sólidos urbanos**
  - **Teste no(s) município(s) do(s) projetos piloto do FEP**

# PROJETOS - PILOTO

- Estruturar a política pública e estudar as diferentes tipologias a serem apoiadas;
- 5 projetos, beneficiando 26 municípios

ENTE	TIPOLOGIA	ESCOPO DA CONCESSÃO	OBSERVAÇÕES
São Simão/GO	Pequeno Porte	Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos Urbanos integrados	Estudar viabilidade de realizar concessão integrada das três modalidades.
Bauru/SP	Porte Médio	Resíduos Sólidos Urbanos	Apenas transbordo, transporte e destinação final. Não inclui coleta, podas de árvores, varrição e demais atividades de limpeza de logradouros públicos.
Teresina/PI	Capital	Resíduos Sólidos Urbanos	Não inclui podas de árvores, varrição e demais atividades de limpeza de logradouros públicos.
Uberaba/MG Consórcio CONVALE	Consórcio CONVALE Regional	Resíduos Sólidos Urbanos Município polo consorciado com 12 de pequeno porte	Consórcio liderado pelo Município Pólo. Não inclui podas de árvores, varrição e demais atividades de limpeza de logradouros públicos.
Estado do Ceará Consórcio COMARES	Consórcio COMARES Regional	Resíduos Sólidos Urbanos Municípios de Juazeiro do Norte, Crato mais 8 municípios	Apenas transbordo, transporte e destinação final. Consórcio intermunicipal liderado pelo Governo do Estado



**Obrigado.**

**Manoel Renato Machado Filho**

*Diretor de Programa*

*Manoel.filho@planejamento.gov.br*